



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 3.565, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

### REGULAMENTA O SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** - O serviço de transporte escolar no Município reger-se-á por esta Lei e demais atos normativos que sejam expedidos pelo Chefe do Executivo.

§ 1º Define-se como escolar o transporte remunerado de passageiros estudantes para atividades escolares, acompanhados ou não de professores.

§ 2º Considera-se, também, transporte escolar o transporte de crianças para creches.

**Art. 2º** - O serviço de transporte escolar poderá ser explorado por:

I - pessoa física: motorista profissional autônomo, residente no Município;

II - pessoa jurídica:

- a) microempreendedor individual;
- b) cooperativa de trabalho de transporte escolar;
- c) empresa de transporte coletivo.

§ 1º Para obtenção do alvará de autorização, o motorista profissional autônomo ou pessoa jurídica deverá atender às exigências desta lei.

§ 2º Para utilização do veículo no serviço de transporte escolar o interessado deverá cadastrá-lo junto à Circunscrição Regional de Trânsito – CIRETRAN e no DEMUT.

**Art. 3º** - O alvará de autorização será outorgado a título precário, podendo ser revogado ou modificado pelo Poder Executivo a qualquer tempo, mediante proposta fundamentada do órgão competente do Município.

Parágrafo Único - As decisões de revogação ou cassação do alvará são de competência do DEMUT.

**Art. 4º** - O serviço de transporte escolar somente poderá ser efetuado com o veículo vinculado ao respectivo alvará de autorização.

#### TÍTULO II DOS PERMISSIONÁRIOS

**Art. 5º** - Para a emissão de alvará de autorização o interessado deverá satisfazer aos seguintes requisitos:

- I - ter idade superior a dezoito anos;
- II - ser habilitado, possuindo Carteira Nacional de Habilitação na categoria D;
- III - apresentar documentação do veículo em nome do requerente (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV - e Certificado de Registro de Veículos - CRV);
- IV - certidão de antecedentes criminais;



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

- V - apresentação do bilhete de seguro obrigatório DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - pago;
- VI - relação de alunos a serem transportados com indicação de nome, endereço, escola e responsáveis, conforme modelo a ser definido por meio de portaria do DEMUT;
- VII - comprovação de cadastro do veículo junto a CIRETRAN e DEMUT;
- VIII - ser aprovado no Curso de Formação de Conductor de Transporte Escolar e estar em dia com os cursos de reciclagem;
- IX - comprovante de endereço com menos de três meses;
- X - certidão negativa de débitos municipais;
- XI - certificado de verificação metrológica do cronotacógrafo (verificador de velocidade e distância percorrida).

§ 1º Uma vez atendidos os requisitos de que tratam os incisos de I a XI deste artigo, será emitido alvará provisório para o atendimento específico solicitado com validade de um ano.

§ 2º Durante o período de validade do alvará provisório o órgão competente da Prefeitura verificará a qualidade e veracidade da prestação do serviço.

§ 3º Uma vez constatada irregularidade na prestação do serviço, apurado por meio de processo administrativo próprio, garantindo-se o direito de ampla defesa, será indeferida a emissão de alvará definitivo e revogado o alvará provisório.

§ 4º Uma vez negado o pedido nos termos do § 3º deste artigo, novo alvará provisório somente poderá ser emitido após dois anos a contar da revogação.

§ 5º Para fins de participação em licitação pública e a pedido do interessado, será emitida uma certidão de cumprimento dos requisitos do "caput", com exceção do inciso VI.

§ 6º Em se tratando do disposto no § 5º, o interessado deverá requerer o alvará de autorização após a licitação, anexando cópia do contrato com a Prefeitura.

### TÍTULO III DO MONITOR

**Art. 6º** - Os veículos de transporte escolar contarão com a presença de dois monitores para os ônibus e micro-ônibus (V3) e de um monitor para os veículos menores (V1 e V2).

**Art. 7º** - O monitor do transporte escolar deverá:

- I - ter idade superior a dezoito anos;
- II - apresentar anualmente certidão negativa de antecedentes criminais;
- III - apresentar-se devidamente identificado com crachá e colete contendo o dístico MONITOR;
- IV - portar rádio de comunicação ou telefone celular.

### TÍTULO IV DA RENOVAÇÃO DE ALVARÁ

**Art. 8º** - Na renovação de alvará deverão ser apresentados todos os documentos requeridos para sua emissão, devidamente atualizados.

§ 1º As datas de renovação serão definidas por meio de portaria da Secretaria de Transportes;



**Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito**

§ 2º Somente serão renovados os alvarás cujos veículos forem aprovados em vistoria a ser realizada pela Secretaria de Transportes ou por quem por ela seja delegado.

§ 3º Não será deferido o pedido de renovação de alvará que não atenda aos requisitos deste artigo.

**TÍTULO V  
DO MOTORISTA AUXILIAR**

**Art. 9º** - Ao Permissionário para a exploração do serviço de transporte escolar é permitido ceder seu veículo em regime de colaboração a um motorista auxiliar, residente no Município, quando por afastamento médico, licença gestante ou licença paternidade, devidamente comprovado.

§ 1º A prefeitura outorgará autorização ao motorista auxiliar, vinculada ao alvará de autorização do titular.

§ 2º Para a obtenção da autorização para o motorista auxiliar deverão ser atendidas as exigências desta lei feitas aos motoristas titulares

§ 3º Do auxiliar será exigido o cumprimento das mesmas prescrições legais referentes aos permissionários.

§ 4º A troca de motorista auxiliar poderá ser efetuada mediante exposição de motivos, por escrito, pelo permissionário ao órgão competente da Prefeitura a quem caberá, após análise, decidir.

**TÍTULO VI  
DOS VEÍCULOS**

**Art. 10** - Somente poderão operar no serviço de transporte escolar os veículos abaixo relacionados:

- I - V1: veículo de passageiros, com capacidade máxima para quinze e mínima de oito passageiros ou a prevista pelo fabricante;
- II - V2: veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para até vinte passageiros ou a prevista pelo fabricante;
- III - V3: veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para mais de vinte passageiros ou a prevista pelo fabricante.

**Art. 11** - Os veículos serão identificados mediante prefixo numerado de acordo com o alvará de autorização expedido pela Prefeitura, o qual deverá ser inscrito na sua parte externa, em local determinado pelo órgão municipal competente.

Parágrafo Único - O prefixo determinado no presente artigo terá vínculo com o respectivo alvará de autorização, permanecendo inalterado mesmo havendo troca de veículo.

**Art. 12** - Além de outras condições impostas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN -, os veículos deverão obedecer as seguintes normas:

- I - afixação na traseira e nas laterais de sua carroceria, em toda sua extensão, de uma faixa horizontal de quarenta centímetros de largura, a meia altura, e de cor amarela, na qual se inscreverá o dístico ESCOLAR, em letras pretas com trinta centímetros de altura;
- II - registrador de velocidade e distância percorrida (cronotacógrafo) com o certificado de verificação metrológica válido;
- III - afixação de grade tubular, quando não houver separação entre o compartimento de carga e o compartimento de passageiro.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

**Art. 13** - Os veículos utilizados no serviço de transporte escolar deverão ser mantidos em bom estado de funcionamento, segurança, higiene e conservação, comprovado através de vistorias realizadas a qualquer tempo pelo órgão da Prefeitura ou a quem a delegue.

**Art. 14** - Os veículos de que trata esta lei estarão sujeitos aos requisitos deste artigo quanto ao seu tempo de uso em relação à sua fabricação e quanto a sua vistoria, sob pena do não fornecimento ou renovação da respectiva autorização para prática do serviço público aqui previsto:

- I - quanto aos veículos V1, até doze anos de uso a contar do ano de fabricação;
- II - quanto aos veículos V2 e V3, até quinze anos de uso a contar do ano de fabricação.

**TÍTULO VII**  
**DA SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS**

**Art. 15** - Somente poderão ser utilizados no serviço de transporte escolar veículos devidamente cadastrados no DEMUT.

**Art. 16** - As exigências e procedimentos para a substituição de veículos serão definidos por meio de portaria do DEMUT.

**TÍTULO VIII**  
**DA VESTIMENTA**

**Art. 17** - É obrigação de todo permissionário e monitor do serviço de transporte escolar apresentar-se sempre adequadamente trajado no serviço de transporte escolar.

Parágrafo Único - Os tipos de vestimenta a serem considerados inadequados para a prestação de serviço serão definidos por portaria do DEMUT.

**TÍTULO IX**  
**DOS DEVERES, OBRIGAÇÕES, PENALIDADES E INFRAÇÕES**

**Art. 18** - Ao infrator das obrigações e deveres estatuídos nesta lei serão aplicadas separadamente, de acordo com a gravidade da infração e independentemente da sequência, as seguintes punições:

- I - advertência escrita;
- II - multa;
- III - apreensão do veículo;
- IV - cassação do alvará de autorização.

**Art. 19** - As penalidades impostas pelo artigo 18 que não forem sanadas caracterizam-se em reincidência específica, sendo aplicadas as multas em dobro.

§ 1º Caso ainda persistam quaisquer das irregularidades previstas nos incisos do artigo 18 desta lei, será procedida a abertura de processo administrativo para a cassação sumária da permissão, podendo, entretanto, o infrator interpor recurso administrativo junto ao DEMUT contra a medida, no prazo de dez dias.

§ 2º A cassação sumária será determinada pelo Poder Executivo, baseada e fundamentada nos autos do processo administrativo.

**Art. 20** - É obrigação de todo condutor de veículo de transporte escolar observar os deveres e proibições do Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções e Portarias dos Órgãos de Trânsito, e especialmente:



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

- I - não exercer a atividade profissional, pessoalmente ou através de auxiliar devidamente inscrito e autorizado pela Prefeitura; Penalidade: multa de 400 UNIFIPA;
- II - não fumar no interior do veículo de transporte escolar; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA;
- III - não dirigir sob a influência de bebida alcoólica ou qualquer substância química lícita ou ilícita que altere o estado de consciência; Penalidade: multa de 400 UNIFIPA, apreensão do veículo e cassação do alvará;
- IV - não portar e exibir, quando solicitado pela fiscalização a comprovação de cadastramento do veículo junto a CIRETRAN para transporte escolar, por ocasião da prestação desse serviço; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA;
- V - não renovar o alvará de autorização conforme estabelecido no artigo 10; Penalidade: multa de 300 UNIFIPA;
- VI - não tratar com polidez e urbanidade os passageiros e o público em geral; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA;
- VII - não trajar-se adequadamente; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA;
- VIII - permitir excesso de lotação no veículo; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA;
- IX - não portar, sempre, no veículo o Alvará de Permissão e a prova de pagamento dos tributos municipais; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA;
- X - não apresentar o veículo às vistorias periódicas ou, a qualquer tempo, quando notificado; Penalidade: multa de 400 UNIFIPA;
- XI - transportar passageiros diferentes daqueles mantidos no contrato; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA;
- XII - não cumprimento das notificações para saneamento de irregularidades; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA;
- XIII - embaraçar ou dificultar ação fiscalizadora; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA;
- XIV - usar veículo não autorizado pelo Departamento de Transportes Públicos; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA;
- XV - prestação de serviço em desconformidade com o autorizado pelo artigo 1º; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA;
- XVI - não cumprimento de editais, avisos, notificações, comunicações, cartas, circulares, ordens ou instruções da Administração; Penalidade: multa de 200 UNIFIPA.

§ 1º Nos casos de reincidência específica por quaisquer infrações previstas neste artigo, será aplicada multa em dobro.

§ 2º Se, mesmo após aplicação de multa em dobro, houver infração com o mesmo enquadramento, poderá ser aberto processo administrativo para cassação do alvará.

§ 3º Nos casos de reincidência específica por infração descrita nos incisos XIV e XV deste artigo, será procedida à apreensão do veículo.

Art. 21 - Aos motoristas que fazem transporte clandestino de passageiros será aplicada multa de 500 UNIFIPA, além da apreensão sumária do veículo, que será imediatamente removido a um estabelecimento comercial devidamente inscrito no DEMUT como depositário fiel.

§ 1º Para a liberação do veículo apreendido o autuado deverá oferecer defesa no prazo de quinze dias, por escrito, junto ao DEMUT, mediante protocolo.

§ 2º A defesa será autuada e remetida à autoridade competente para apreciação do pedido:

- I - o interessado que pretender produzir prova oral, deverá requerê-la na defesa inicial, sob pena de preclusão;
- II - com o requerimento de prova oral, a autoridade municipal de transportes designará audiência de instrução, cientificando o interessado ou seu procurador da data e horário;



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito

III - encerrada a instrução, será deferido prazo de dez dias para o oferecimento de alegações finais, findo os quais os autos serão encaminhados à autoridade municipal de transportes para julgamento, que ocorrerá nos vinte dias subsequentes;

IV - da decisão será cientificado o interessado ou seu procurador, pessoalmente ou por via postal por meio de carta registrada com aviso de recebimento - AR -, o qual poderá interpor recurso no prazo de dez dias à autoridade superior, que decidirá o processo no prazo de vinte dias em caráter definitivo.

§ 3º O processo de apuração deverá estar totalmente concluído no prazo máximo de noventa dias de sua abertura.

§ 4º Para a retirada do veículo apreendido deverão ser pagos a taxa de estadia ao fiel depositário e o serviço de guincho.

**Art. 22** - A Prefeitura manterá rigorosa fiscalização sobre os autorizatários e seus auxiliares com respeito ao comportamento cívico, moral, social e funcional de cada um.

**TÍTULO X**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 23** - A licitação do serviço de transporte escolar público levará em conta o menor custo efetivo para o erário público, considerando para tanto eventuais recolhimentos fiscais e previdenciários a cargo do Município.

§ 1º Cada pessoa física ou microempreendedor individual poderá ter um único e exclusivo contrato com o Município.

§ 2º No caso de contratação de empresa e/ou cooperativa, fica estabelecido um limite máximo de vinte por cento de participação para pessoa jurídica em relação ao total de alunos transportados pelo sistema fretado pelo Município.

**Art. 24** - O Serviço de Transporte Escolar integrará o Sistema de Transporte Público de Passageiro do Município de Santo Antônio de Pádua, a ser prestado sob o regime de permissão do Poder Executivo, no âmbito do Departamento Municipal de Trânsito (DEMUT), e serão regidas por esta Lei, pelo contrato de permissão e pelas demais normas complementares.

**Art. 25** - A presente Lei será regulamentada através de atos do Poder Executivo.

**Art. 26** - Os casos omissos serão analisados e decididos pelo DEMUT, obedecendo-se a legislação pertinente.

**Art. 27** - Os valores das multas serão reajustados anualmente no primeiro dia do ano, com base na variação do UNIFIPA.

**Art. 28** - O alvará de autorização para exploração do transporte escolar no Município é intransferível.

**Art. 29** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, 27 de março de 2014.

Josias Quintal de Oliveira  
Prefeito

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL

ANO XV EM 10 / 03 / 15 Nº 273



*Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua  
Gabinete do Prefeito*

## **DECRETO Nº 034, DE 09 DE MARÇO DE 2015.**

**JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº. 3.565 DE 24 DE MARÇO DE 2014, SOMENTE PARA FINS DE PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO LICITATÓRIO.**

Considerando que a Administração Pública se pauta pelos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade, probidade administrativa e publicidade.

Considerando o objetivo de ampliar os participantes em processos licitatórios, observando o princípio da razoabilidade para cumprimento dos requisitos exigidos em lei.

### **DECRETA**

Art. 1º - Para fins de participação em processos licitatórios nesse Município, os interessados têm o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, após a assinatura do contrato licitatório, para se adequar aos requisitos contidos nos incisos III, VII e VIII do art. 5º da Lei 3.565 de 24 de março de 2014, sob pena de ser revogado o referido contrato.

Parágrafo único - Fica dispensada a apresentação do item contido no inciso VI, do art. 5º da Lei supracitada, sendo que a relação de alunos é emitida pela Secretaria de Educação.

Art. 2º - O vencedor que possuir o veículo cadastrado em outra inscrição municipal e que seja vencedor no processo licitatório para transporte escolar terá sua inscrição anterior suspensa enquanto perdurar a inscrição de transporte escolar, podendo retornar à inscrição anterior mediante requerimento ao Órgão responsável, no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do término do contrato de transporte escolar, sob pena de perda do direito.

Art. 3º - O interessado em participar de processo licitatório para transporte escolar deverá fazer requerimento, através de processo administrativo, do alvará provisório previsto no §5º, art. 5º da Lei 3.565/2014, devendo comprovar os requisitos exigidos na Lei Municipal 3.565/2014, exceto os previstos no §1º do presente decreto, os quais têm o prazo já regulamentado para cumprimento, bem como, no que não sejam confrontantes com a Lei Municipal, os requisitos dos arts. 136 ao 139 da Lei Federal 9.503 de 25 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Art. 4º - O participante em procedimento licitatório deverá declarar, de próprio punho, de não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, sob pena das sanções civis, criminais e administrativas;



*Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua*  
*Gabinete do Prefeito*

Art. 5º - Este decreto regulamenta a Lei 3.565/2014 no que se refere a procedimento licitatório de transporte escolar, devendo ser cumprida por inteira nos demais casos.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de março de 2015.

  
Josias Quintal de Oliveira  
Prefeito

PATPM/etc

PUBLICADO NO BOLETIM OFICIAL

ANO XV EM 10/03/15 Nº 273